

Processos de criminalização e a participação feminina no tráfico de drogas

Criminalization process and female participation in drug trafficking

Jamile dos S. Carvalho^a

Resumo Este artigo tem como objetivo apresentar os embates colocados no campo teórico sobre a associação de mulheres em atividades ilegais e desviantes em momentos históricos distintos e apresentar as trajetórias de vida de jovens mulheres presas por tráfico de drogas e que se encontram em situação de prisão no Conjunto Penal Feminino de Salvador, Bahia. Para tanto, foram levantadas informações sobre seu perfil sociodemográfico, trajetória de criminalização e situação prisional, de modo a compreender suas histórias de vida até a chegada à prisão. Das suas narrativas emergem estratégias de sobrevivência no tráfico, assim como reflexões de como este comércio se utiliza de seus corpos menos visados pelas instituições de segurança para dar mais fluidez ao mercado ilegal.

Palavra-chave trajetória social, gênero, raça, ilegalismos, pobreza.

Abstract *This article seeks to present the conflicts placed in the academic field about the association of women in the illegal and deviant activities in different historical moments and present the life trajectories of young women arrested for drug trafficking and who are in prison situation in the Conjunto Penal Feminino de Salvador, Bahia. For this study, information about their socio-demographic profile, criminalization trajectory and prison situation was collected to understand their life stories until their arrival in prison. Of their narratives emerge strategies of survival in trafficking, as well as reflections on how this commerce activity uses its bodies less targeted by security institutions to give more fluidity to the illegal Market.*

Keywords *social trajectory, gender, race, illegalisms, poverty.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre os contextos do envolvimento de mulheres no tráfico de drogas a partir de suas trajetórias de vida e em paralelo oferece um breve panorama sobre as abordagens históricas que

a Socióloga e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.

tentaram explicar a participação das mulheres em atividades ilegais ou desviantes. As contribuições apresentadas aqui são resultados da pesquisa que objetivou reconstruir os itinerários sociais e o processo de criminalização de jovens mulheres presas por tráfico de drogas no Conjunto Penal Feminino de Salvador. As conclusões deste artigo se embasam numa investigação ancorada em estudos empíricos, da graduação ao mestrado, que já se encontram disponíveis para consulta pública¹.

MULHER, RAÇA, CRIME E PUNIÇÃO: ENTRE O NATURAL DEIFICADO E A EMANCIPAÇÃO FEMININA

Tentativas de explicar o crime na sociedade não são iniciativas contemporâneas, anteriormente religiosos, médicos e reformadores sociais, disseminaram muitas ideias nesse sentido. No século XVIII, o jurista italiano iluminista, Cesare Beccária (1738 a 1794), foi o grande expoente da *Escola Clássica*, que acredita na liberdade individual na relação com o cometimento de crimes. A obra de Beccaria, *Dos Delitos e das Penas*, influenciou fortemente o contexto político da época, marcado pelo despotismo excessivo do poder clerical e por penas degradantes e cruéis. Beccaria inaugurou um período humanitário das penas, defendendo a sua individualização a partir da ideia de um direito natural a vida e a dignidade, inerente a todo ser humano, embora admitisse a possibilidade de penas com trabalhos forçados e prisão perpétua para algumas situações (BECCARIA, 2001; FOUCAULT, 2013; NÓBREGA JÚNIOR, 2015).

Em oposição a Escola Clássica, vimos emergir teóricos como Cesare Lombroso (1835 a 1909) figura importante para construção de uma “ciência” criminológica, que acreditava que determinados aspectos do corpo humano poderiam denunciar um potencial criminoso. O criminoso teria física e mentalmente, características primitivas, hereditariamente herdadas, existia assim o “*criminoso nato*”. Esta “ciência”, que acreditava no determinismo biológico, sobre o comportamento humano, passou a ser identificada como a *Escola Positiva*, por conta da sua associação com teorias positivistas, deterministas e evolucionistas, predominantes no momento de apogeu do racismo científico. É possível perceber na construção dessas duas escolas e, principalmente, nas ideias que as influenciam, que a ciência não

¹ CARVALHO, Jamile dos Santos. *Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de prisão no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. Monografia: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013, 95 p. Ver também: CARVALHO, Jamile dos Santos. “*Nós Trafica, mas nós nunca tem nada*”: trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2018, 132 pg.

necessariamente caminha rumo ao progresso das ideias e a uma visão humanista e complexa da realidade social (NÓBREGA JÚNIOR, 2015).

O pensamento positivista, determinista e racista de Lombroso continua a pairar sobre o nosso imaginário social e principalmente sobre as instituições de justiça e segurança pública. Essa constatação mostra que embora algumas ideias que tenham sido hegemônicas em alguns contextos e momentos históricos, sejam refutadas pelos pensadores que se sucederam, não impede que elas se mantenham influenciando outras gerações de pensadores e instituições.

Lombroso (apud BARROS, 1998), também defendia a tese de que a prostituição seria um substituto da criminalidade feminina, fato que justificaria o menor número de delitos praticados por mulheres. Seguidor da frenologia² e da psicofísica, este autor desenvolveu pesquisas em penitenciárias femininas italianas, onde examinou presas e identificou características que compunham um perfil criminal: mandíbula acentuada, estrabismo, dentes irregulares, sexualidade exacerbada e lascívia, além da perversidade (MENDES, 2014). Segundo Mendes, para Lombroso as mulheres seriam fisiologicamente inertes e passivas e mais obedientes às leis que os homens, porém, seriam mais amorais, engenhosas, frias e calculistas, características que às impulsionavam a prostituição, delito típico das mulheres, para este autor (MENDES, 2014).

Saindo da Europa e voltando os olhos para Salvador do final do século XIX e início do XX, mais especificamente entre 1830 e 1920, observamos uma intensa perseguição às mulheres que ousavam estar e viver no espaço público. Mulheres negras, africanas, escravizadas e livres, vendedoras ambulantes e mulheres brancas pobres, que se dedicam a prostituição, foram perseguidas pela nascente polícia local e figuraram nos primeiros registros policiais e judiciários da época (PINTO, 1973; ARAS; OLIVEIRA, 2003).

Ao analisar os registros policiais e judiciários de mulheres presas entre os anos de 1857 e 1899 na Bahia, Pinto (1973) chama a atenção para o fato de que muitas das prisões não se justificavam diante do Código Penal vigente naquele momento, o *Código Criminal do Império de 1830* que substituiu as *Ordenações Filipinas* portuguesa. Nos casos de prisões de mulheres encontradas no período, em Salvador e no interior do Estado, a autora chama atenção para o número elevado

2 A frenologia ou craniologia, muito utilizada na “*escola moderna de criminologia italiana*” por Lombroso, e na Escola de Medicina da Bahia por Nina Rodrigues, dedicou-se a identificação das raças, a conhecer o “*estágio mental evolutivo*” e fazer uma reflexão sobre o atraso e a fragilidades dos cruzamentos raciais. Influenciados pelos ensinamentos de Lombroso, os peritos da Medicina Legal, passaram a utilizar a frenologia para identificação de estigmas típicos de criminosos de modo a auxiliar na identificação de delinquentes (SCHWARCZ, 1993).

de prisões que eram nomeadas como, *infrações de postura, desordem, vadiagem e embriaguez*, associadas às chamadas áreas de *meretrício* e de comércio ambulante. Embriaguez, furtos, roubos e mendicância também figuravam entre os crimes pelos quais eram acusadas as mulheres.

Para Pinto (1973), a perseguição à prostituição e a mulheres livres que desempenhavam ocupações diversas na rua estava de acordo com uma política de higienização moral vigente naquele momento e sinalizava a situação de desamparo econômico das mulheres diante da ausência do poder patriarcal sobre mulheres solteiras e livres, sem pai, sem marido e sem dono. Para esta autora, a posse pela mulher, de sua própria vida e liberdade, constituía um desafio criminal a ser enfrentado na época. Assim, ela enfatiza que:

Na verdade, em uma sociedade patriarcal onde o elemento feminino restringe-se a permanecer, como esposa ou filha, ou sobre a proteção de algum senhor, as ruas da cidade são acessíveis apenas para um pequeno número de mulheres, aquelas que se põem a margem do sistema e que desembocam, por isso mesmo, para o mar de consequências advindas da situação marginal. (PINTO, 1973, p.44).

Ao analisar os registros de mulheres negras escravizadas, a autora destaca as prisões por penhora, por “*solicitação do senhor*”, por terem sido pegas em fuga, “*para correção de postura*” e “*encontradas em candomblés*” ou em “*batuques no Taboão*”, práticas que atentavam contra a moral e os bons costumes de uma cultura brasileira - inspirada no ideal europeu de civilização - e que iniciava seu processo de urbanização tendo que “dar conta” do enorme contingente populacional de pessoas negras na cidade. A prisão e a severidade nas punições aos escravizados, coerente com o código penal de 1830, estava de acordo com uma cultura racista e destinava-se a evitar que os costumes da elite branca fossem contaminados pelos hábitos populares e pelas culturas africanas (CORRÊA, 1998; PINTO, 1973).

Em 1829 a igreja sugeriu a extinção dos “*postes de açoite*” de escravos em praça pública, de modo a evitar a prática de castigo diante de oratórios e a nudez dos escravos defronte as “*Grandes Mulheres*” da sociedade. Nesse momento os donos de pessoas escravizadas, que viviam na cidade, começam a transferir a prática do castigo e da punição para o serviço público nascente (PINTO, 1973):

[...] mas o que releva, sobretudo, é o número de escravas presas a pedido de seus senhores, prisão correccional posta a garantir, no Brasil escravocrata, o poder disciplinar dos proprietários, sempre que lhes faltassem condição para efetuar

a dureza dos castigos previstos para os escravos insubordinados. Ocorrência, aliás, bem frequente ao tempo dos mucambos, menos providos que as senzalas de recursos para aplicação dos costumeiros açoites ou da reclusão a pão e água, recursos que não faltavam às prisões da época, conforme nos ilustra o relatório da Comissão de visitas às prisões civis, militares e eclesiásticas de 7 de agosto de 1829, em cujas sugestões se incluía a retirada do ‘poste em que se açoitam escravos, evitando-se não só a incidência de se praticarem castigos perto de oratório, como de se despirem homens defronte das grandes mulheres, e vice versa’. (PINTO, 1973, p. 48).

Nas décadas que se seguiram ao final do século XIX as mulheres passam a ganhar cada vez mais o espaço público no Brasil, antes de domínio predominante dos homens. Na Bahia da transição do século XIX para o século XX, as mulheres negras passam a ampliar sua atuação na rua com o trabalho em mercados e feiras livres em bancas de doces e quitutes diversos e na venda de miúdos. As mulheres também passam a dominar os serviços domésticos para fora, com isso aparecem às costureiras, bordadeiras, lavadeiras e outras tarefas que ampliam sua relação com a rua e a convivência com outros atores sociais. Mas a liberdade nascente no mundo do trabalho veio acompanhada de grande vigilância sobre o comportamento das mulheres, principalmente nas áreas de grande concentração da cidade (ARAS; OLIVEIRA, 2003).

No início do século XX o policiamento feito nas ruas atendia a uma política de controle social forjada a partir da criação do novo *Código penal de 1890*, que seguia uma nova tendência penal com o fim da escravidão e a constituição da Primeira República. Nesse momento havia uma grande preocupação por parte das elites, que o Brasil se tornasse um país civilizado, que caminhasse rumo ao progresso e a modernização, aos moldes dos países europeus. O novo código atendia a uma política de repressão máxima ao que se entendia como ociosidade e vagabundagem que se acreditava gerar todos os outros tipos de crimes. Mas a intenção do novo código iria muito além da disseminação de uma ideologia burguesa do trabalho, pretendia promover o controle social e limpeza das cidades sobre as populações indesejadas (ALVARES; SALLA; SOUZA, 2003):

As prisões dessas mulheres, da forma que ocorriam, estavam inseridas na nova política de controle social, instituída em 1912, no primeiro governo José Joaquim Seabra. Naquele ano, o recém-empossado governador nomeou Dr. José Álvaro Cova como novo chefe de polícia, que se destacou na ‘campanha contra a vaga-

bundagem’ nas ruas de Salvador. Nesse mesmo ano, a segurança pública passou por um processo de ‘modernização’, com a criação da Guarda Civil da Bahia, pelo decreto de número 1.151, de 17 de agosto. Imbuído do ideário de modernidade, o governador compreendia que, para uma cidade que se compreendia civilizada, precisava-se de uma polícia moderna (ALVARES; SALLA; OLIVEIRA, 2003, p. 168).

Apesar das mulheres figurarem nos registros policiais e nos processos judiciais como criminosas, sua participação no crime esteve em menor número, o que despertou interesse de estudiosos de diferentes épocas. Serão as mulheres menos propensas ao crime? Terão elas internalizado valores e princípios morais que às deixam menos suscetíveis às tentações da criminalidade? As mulheres algum dia cometerão tantos crimes quanto os homens, especialmente quando virem a ocupar mais o espaço público? Essas foram algumas das questões que muitos autores especialistas em criminalidade feminina se colocaram.

Entre os/as autores/as que historicamente tentam explicar a menor incidência de crimes cometidos por mulheres em relação aos homens, encontramos os que a explicam como consequência da *constituição biológica feminina* (TIRADENTES, 1978 apud BARROS, 1998). Dentre estes, encontramos o penalista francês Granier (1958 a 1906), citado por Barros (1998), que aponta como causas da delinquência feminina a predominância da emoção sobre a razão nas mulheres e a ausência de firmeza de vontade, o que as tornaria mais influenciáveis e, conseqüentemente, levadas à prática criminosa. Tentando contrapor-se a esse autor, ainda encontramos Tiradentes (1978), que, no livro *Fatores determinantes da delinquência feminina*, afirma que a mulher não delinque menos que o homem, mas que seus crimes são encobertos por sua astúcia (TIRADENTES, 1978 apud BARROS, 1998).

Uma segunda vertente de explicação sobre criminalidade feminina atribuirá às mulheres uma suposta *insanidade mental*, a partir do cometimento de determinados crimes. Desse modo, segundo Lemgruber (1999), para Freud, o crime feminino representará uma rebelião contra o natural papel biológico atribuído à mulher e evidencia um “complexo de masculinidade”³. Esse mito acaba por produzir uma dupla condenação às mulheres: legalmente, através do processo criminal; e, socialmente, já que são consideradas biológica e sexualmente anormais.

Barros (1998), a partir de uma pesquisa no Jornal A Tarde, um dos principais periódicos da Bahia, identificou que, nas matérias sobre crimes cometidos contra

3 Para Freud, o complexo de masculinidade afeta o desenvolvimento da feminilidade. Seria o desejo da mulher de ter um pênis ou mesmo uma rejeição psicótica da diferença anatômica, em que a mulher acredita ter um pênis (SMART, 1978 apud LEMGRUBER, 1999).

crianças e pessoas idosas por mulheres, os casos eram comumente classificados como insanidade pelo discurso jornalístico, já que, devido a seu “instinto maternal”, estas seriam “naturalmente” incapazes de cometer este tipo de crime. Dessa forma, verifica-se que há uma expectativa sobre o crime feminino, que está intimamente associada às convenções de gênero⁴ e modelos de feminilidade. Ao romper com o que convencionalmente se espera de uma mulher, esta estaria indo contra seu padrão de gênero. Assim, se passaria, no discurso jornalístico, a representação da delinquente e a da doente mental.

A década de 1970 é o período que marca o rompimento com explicações baseadas em fatores biológicos ou psíquicos sobre o comportamento desviante. Nesse momento, surge a ‘teoria dos papéis’, que tenta demonstrar as consequências da diferente socialização das meninas na cultura ocidental. Tal teoria defende que a diferenciação no processo de socialização estaria relacionada ao tipo de crime e à natureza da participação das mulheres em delitos (LEMGRUBER, 1999). Porém, essa linha de explicação deixa lacunas, já que não explica as motivações que levam as mulheres a romperem com seu padrão de gênero. Essa linha de entendimento também não discute a divisão sexual do trabalho e as hierarquias de gênero na sociedade, elementos fundamentais para entender distinções de gênero (SMART, 1978 apud LEMGRUBER, 1999).

Segundo Lemgruber (1999), há ainda os autores que associam o crescimento das taxas de criminalidade feminina ao surgimento dos Movimentos de Libertação Feminina, já que à medida que as mulheres tentam igualar-se aos homens, tendem ao crime com maior frequência. Para essa autora, a relação causal entre Movimento de Libertação das Mulheres e o aumento da criminalidade feminina ignora as mudanças materiais e estruturais na vida das mulheres, a própria demanda pela mão de obra em épocas de crise e expansão econômica, que não estão diretamente ligadas à luta pela igualdade entre os sexos (SMART, 1978 apud LEMGRUBER, 1999). Esse tipo de pensamento está calcado na ideia de uma reprodução, pelas mulheres, de comportamentos tidos como masculinos, violentos, e de um empoderamento às avessas, que associa o aumento da criminalidade feminina a um sinal de que as mulheres conseguiram a tão almejada igualdade, que, em última análise, significaria ser igual ao homem.

4 Convenções de gênero são conjuntos de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam essas mesmas convenções e suas práticas (BONETTI; FONTOURA, 2007).

Na primeira edição de *Cemitério dos Vivos*, em 1976, Julita Lemgruber, contrariando em parte a perspectivas expostas acima, afirma que, à medida que as disparidades socioeconômicas e estruturais entre os sexos diminuíssem, haveria um aumento recíproco da criminalidade feminina, o que levaria a um crescimento acentuado da população de presas no Brasil. Todavia, essa tese não se sustentou, como colocado pela própria autora no prefácio à segunda edição, em que a mesma refutará sua hipótese:

Entre 1976 e 1997, a participação da mulher na força de trabalho no Brasil praticamente dobrou e não houve mudança proporcional e significativa na composição da população de presas, seja em nosso estado, em nosso país [...] (LEMGRUBER, XVI, 1999, p. XIII).

Ainda segundo Lemgruber, “*esta constatação leva a crer que outras variáveis explicam as diferenças nas taxas de criminalidade e encarceramento feminino e masculino*” (LEMGRUBER, 1999, p. XVI). A partir da experiência da autora, observa-se a necessidade de atentar para o fato de que a criminalidade feminina não deve ser explicada linearmente numa relação de causa e efeito – movimentos de libertação das mulheres e criminalidade; participação na força de trabalho e criminalidade – mas a partir de um grupo de fatores que gerarão um conjunto de dispositivos, com uma cadeia de efeitos entrecruzados e interseccionais (SOUZA, 2009; CRENSHAW, 2002).

Há ainda autores que tentaram entender o número reduzido de crimes cometidos por mulheres à luz das teorizações de gênero, argumentando que a pouca visibilidade do crime feminino se deve ao controle da sociedade patriarcal exercido sobre o feminino e a bipolaridade da esfera público-privada. Para esses autores e autoras, a mulher encarcerada nega o mito do feminino deificado⁵, tornando-se a sua antítese. Dessa maneira, o crime feminino confronta a ordem patriarcal que subestima sua capacidade de delinquir (SOUZA, 2009).

A pouca visibilidade das mulheres no mundo do crime, bem como nos estudos sobre criminalidade no Brasil, também pode ser atribuída ao lugar que estas historicamente ocuparam nos estudos sobre criminalidade e violência no Brasil – o lugar de vítima – além do fato de que a elas sempre foi negado o domínio do espaço público – ainda que fosse expressiva a presença de mulheres negras e

5 Diz respeito a uma caracterização da mulher como ser frágil, submissa, passiva, sem poder na área pública, educada para ser mãe, como base no modelo de Maria (SOUZA, 2009)..

pobres, por exemplo, nas ruas das cidades brasileiras desde o período escravagista –, espaço de referência para homens e onde os crimes mais comumente ocorrem. Assim, é possível dizer que historicamente houve um processo de rotulação das mulheres tão somente como vítimas de violação de direitos, o que as invisibilizou como potenciais criminosas e como presas, e que, por conseguinte, reforçou os essencialíssimos de gênero e dificultou a implementação de políticas públicas para esse segmento populacional.

MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS: ENTRE A INVISIBILIDADE E A PARTICIPAÇÃO ÚTIL

Para Michel Misse (1997), o incremento do consumo de cocaína que ocorreu no Brasil a partir da década de 80 se associa ao aumento da violência nas grandes cidades brasileiras. Entre as décadas de 70 e 80 ocorre uma mudança no padrão da criminalidade encontrada nas estatísticas criminais no Brasil, caracterizada pela predominância de crimes de roubo, estelionato e assaltos. Segundo esse sociólogo, houve no Brasil uma mudança de investimento criminal que substituiu atividades mais arriscadas por uma atividade mais lucrativa como o tráfico de cocaína. Essa mudança levou em consideração uma avaliação de “*custo/benefício*” em relação às diferentes mercadorias criminalizadas “*bens roubados/drogas*”, mas possivelmente, também, uma avaliação moral em relação à negociação da venda de roubo e da venda de drogas.

Michel Misse defende que a organização do tráfico de drogas pode ser dividida em dois momentos, uma fase de maior controle sobre os lucros e a venda da droga e uma segunda fase em que o tráfico se pulveriza, e é segmentado a partir dos territórios. Esta última seria marcada pela violência no controle e tentativa de monopólio da venda de drogas. A guerra entre grupos de diferentes territórios se tornaria uma constante e a repressão policial mais violenta. É também nessa fase que a organização do tráfico se especializa, fazendo surgir funções específicas no comércio varejista de drogas (gerente, vapor, avião, fogueteiro, mula...) e as mulheres passam a figurar aí. Estas, sendo utilizadas ou utilizando-se dos seus corpos menos visados pelas instituições policiais, ocupam uma posição estratégica na venda de drogas. É a partir desse período que começamos a presenciar mulheres apreendidas comercializando ou transportando drogas, contribuindo, assim, para um aumento significativo do encarceramento feminino (BARCINSKI, 2009).

Nos estudos sobre a participação das mulheres em atividades criminais e mais especialmente no tráfico de drogas é muito comum encontrarmos um tipo interpretação, que recaem na dicotomia masculino *versus* feminino, como categorias universais que condensam todas as experiências possíveis de se vivenciar esses

lugares. Nesse tipo de interpretação a experiência das mulheres é invisibilizada e suas vivências em “[...] *diferentes contextos históricos e culturais*” é suplantada por uma categoria que se supõe determinante (BAIRROS, 1995).

Em alguns trabalhos sobre a participação das mulheres em crimes, por vezes vemos uma ênfase muito grande em entender porque as mulheres cometem crimes, como se isso não fosse possível às mulheres. Frequentemente estas são tratadas, nas entrelinhas do discurso, tão somente como vítimas e nunca como agentes que podem ser, de atos transgressores. Sua agência no engajamento de atos desviantes é soterrada e a sua trajetória no crime é descrita sempre sobre a égide da violência de gênero, do machismo e do homem. Frequentemente são descritas na literatura como coadjuvantes, como vítimas, como ocupando um lugar menor e nunca um lugar de poder. Suas próprias interpretações, sobre seu engajamento em atividades criminais, a contradição nas suas narrativas, seus momentos de prazer, resistência e de exercício de poder, nunca aparecem. Tudo se organiza de modo a nos fazer crer que é mais um caso onde as mulheres são vítimas da sociedade. Nesse tipo de interpretação seus feitos e estratégias para dar fluidez ao comércio de drogas, dialogando com os estereótipos de raça e gênero a seu favor, por exemplo, ficam nas sombras subjugados por uma narrativa hegemônica, por uma *única história*⁶.

Como nos ensina Adichie em *o Perigo de uma única História Única*, contar histórias sobre a vida de outras pessoas é um ato muito poderoso e esse poder se revela quando se faz histórias definitivas sobre as pessoas, história que se retroalimentam e se reproduzem no nosso imaginário como a única história possível sobre aquelas pessoas.

Todas essas histórias fazem-me quem eu sou. Mas insistir somente nessas histórias negativas é superficializar minha experiência e negligenciar as muitas outras histórias que me formaram. A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história (ADICHIE, 2009, on-line).

A ideia não é defender “nosso lugar no crime”, nem que as mulheres sejam vistas como “protagonistas no crime” ou “lideranças no tráfico de drogas”, muito menos dizer que as mulheres não sofrem violências nas suas relações sociais dentro do tráfico, não se trata disso. Sabemos que, assim como na sociedade mais ampla,

6 Palestra proferida em outubro de 2009 “Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história” Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br. Acesso em 24/08/2016

se reproduzem na dinâmica do tráfico de drogas e na ação de seus agentes uma série de violências, de gênero, de raça, de orientação sexual e até religiosas, às quais as mulheres certamente são mais vulneráveis, principalmente se intersectadas por classe, raça e orientação sexual não hegemônica, por exemplo. Mas essas violências estão presentes em toda sociedade e se reproduzem nas mais diferentes relações sociais. Nosso desafio é justamente perceber as especificidades dessas violências estruturais sobre as experiências e percepções desse grupo social.

Vivemos numa sociedade sexista, onde as mulheres estão em desvantagem no exercício do poder nas mais diferentes esferas sociais e é igualmente verdade que cada vez mais as mulheres estão presentes nas redes de ilegalismos que atravessam o universo do tráfico de drogas, seja por conta da necessidade econômica de manutenção da vida, seja pelos micros poderes que estes lugares conferem a quem a elas se associa. São poderes locais e particulares, invisíveis aos olhos de quem os enxergam por categorias muito rígidas e previamente formatadas. As mulheres também desenvolvem suas estratégias de sobrevivências, resistência e subvertem os padrões de gênero e lugares esperados para elas nessas organizações (LOURO, 1997). E são estas outras histórias que também pretendo dar vazão aqui, histórias de vida que não podem ser interpretadas apenas como se as mulheres fossem mero objeto sexual dos homens, como se fosse essa a única experiência possível, a se viver nesse contexto:

Há duas versões do pensamento feminista [universalista] que explicitamente tentam definir a mulher com base em experiências tidas como universais. A primeira colocada é a maternidade [...] A segunda toma a sexualidade, entendida como forma de poder que transforma a mulher em objeto sexual do homem, como a experiência capaz de unificar todas as mulheres. Dessa perspectiva, a mulher tende a ser interpretada como vítima de um poder definido como intrinsecamente masculino. Também nesse caso a tentativa de generalizar experiências fracassa. (BAIROS, 1995, p. 458 e 459; grifos colocados).

As experiências das mulheres são por demais diversas para caber num único modelo interpretativo, com isso precisamos estar atentas às mudanças na dinâmica social e principalmente às falas destas mulheres sobre suas experiências. O que é tido como uma situação opressora é fruto de uma leitura baseada em pressupostos morais, políticos, culturais e econômicos. Ser mulher negra, periférica e participante de atividades ilegais, como o tráfico de drogas, produz outros olhares e interpretações sobre a mesma realidade, e talvez esteja aí nesse último

ponto a chave para não cometer o erro de reproduzir uma “*história única*” sobre elas (ADICHIE, 2009).

Não se trata de disputar perspectivas, é consenso que a violência de gênero existe dentro das organizações de tráfico de drogas, e que o dinheiro e arma empoderam ainda mais os homens. Política e teoricamente me filio a esse entendimento. A questão aqui é entender como se dá o itinerário dessas jovens mulheres pelo tráfico, é apresentar outras narrativas e suas percepções, além de conhecer suas motivações, interpretações, mas também seus condicionantes, que impulsionam seu engajamento e que às vulnerabilizam nessa relação de poder que “[...] *é exercida em muitas e variadas direções*” (LOURO, 1997, p. 38).

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: CARREIRA, PERFORMANCE E SUBSISTÊNCIAS NO TRÁFICO DE DROGAS

Ao longo dos relatos que seguem abaixo as entrevistadas expõem seu percurso de vida, processos de criminalização e trajetórias marcadas pela pobreza extrema e violência de gênero. Em paralelo emergem falas sobre sua relação com o tráfico, afirmação nessa ocupação, performance e estratégias na venda de drogas.

As entrevistas começam por Juliana⁷, minha principal interlocutora na pesquisa. Juliana me apresenta seu itinerário no tráfico em diferentes níveis da hierarquia na venda de drogas. Jovem, negra e mãe de uma menina que teve aos 15 anos, Juliana estava em franca ascensão na sua carreira, aos 19 anos. Ela ascende da condição de “*olheira*” para a que vai fazer o “*confere*” da droga. Sua participação na estrutura laboral do tráfico tem início na função de “*olheira*”, com aproximadamente 12 anos. Ela observava a entrada da polícia no bairro⁸ e deslocava a droga de uma casa para outra, já que, segundo relatou, quando a polícia entra no bairro, já sabe onde fica a droga, a partir de um trabalho de investigação. Com 13 anos, Juliana já pegava um “*jogo*” para vender. O jogo é uma composição de “*dolinhas*” de maconha que custaria 200 reais à época da entrevista. Com esse jogo, o lucro é de 50 reais. Com seu trabalho de *olheira*, passou a ganhar a confiança de seu irmão, que lhe confiou seu primeiro “*jogo*” e, a partir daí, foi ampliando suas vendas e colocando outras pessoas para vender para ela.

Quando indagada sobre o que já fez no tráfico de drogas e onde as mulheres estão, Juliana me contou que, durante toda a sua trajetória no tráfico, vendeu dire-

7 Todos os nomes aqui apresentados são fictícios, de modo que possamos preservar a identidade das entrevistadas.

8 Os bairros relatados pelas entrevistadas foram suprimidos, de modo a preservar a identidade das entrevistadas. Apenas os municípios foram mantidos nos relatos.

tamente ao consumidor, mas que também corta e embala a droga para o dono da boca, com quem compra a droga que revende. Também relatou que pega drogas e armas junto a fornecedores na região e que já foi algumas vezes ao Rio de Janeiro e São Paulo “fazer o confere” de uma mercadoria que veio para Salvador. Sobre esse último episódio, ela relatou que esteve no Rio de Janeiro para conferir a qualidade de uma mercadoria que vinha para Salvador, mas que foi e veio de avião, e a mercadoria levada de carro por outras pessoas do Rio de Janeiro para Feira de Santana, onde ela se encontra com os transportadores e a leva para Camaçari, sua cidade de moradia e atuação. Esse relato evidencia o nível de participação e articulação da entrevistada na estrutura do tráfico de drogas e sua crescente ascensão na carreira, interrompida pela sua prisão, aos 19 anos.

Durante minha conversa com Juliana perguntei onde estão as mulheres no tráfico de drogas, e ela me diz que estão na venda direta, na esquina, como olheiras, levando drogas para o presídio, no corte e embalagem da droga, mas, principalmente, no transporte da mercadoria de um lugar para outro, pois as mulheres chamam menos atenção, principalmente quando estão com crianças. Mas Juliana também coloca que é muito difícil um traficante admitir uma mulher para vender no varejo, pois, normalmente, supõe-se que as mulheres não aguentam apanhar da polícia: “Quando apanham, elas contam logo tudo, tem que ser uma pessoa fria, que aguenta apanhar...”. Ao ser pegas, algo comum entre os que estão na ponta da comercialização, elas entregariam o traficante.

Juliana também revela que é comum a presença de crianças no meio dos traficantes, pois servem para comprar lanches, fazer pequenos favores e ficar como olheiras. A entrevistada também relata que, para vender, é preciso ter atitude e postura para estar no meio dos homens: “Falar pouco, ficar sempre em alerta e só resenhar no meio dos seus colegas”. Aqui, me pareceu que a entrevistada estaria falando de uma postura ativa e intimidadora, uma performance corporal associada ao sexo masculino e que não seria comum às mulheres. Também destaca que não se pode falar muito, conversar demais sobre o que acontece na rede de tráfico; há que se ter uma postura vigilante.

Durante nosso primeiro contato, Juliana me mostrou algumas de suas tatuagens, uma delas era uma carpa localizada na região da costela. Segundo Juliana, a carpa é uma tatuagem muito comum entre traficantes. Denota poder e ascensão na estrutura do tráfico de drogas e é um símbolo de afirmação de uma atitude criminoso e corajosa frente à polícia. Juliana me diz que sua carpa está com a cabeça para cima e isso simboliza sua facção. Também indaguei Juliana sobre o dinheiro que teria ganhado nesse tempo no tráfico de drogas. Perguntei

se ela tinha conseguido comprar algo mais sólido, que a ajudasse a tocar sua vida após a prisão, fora do tráfico, como ela me diz querer viver, mas me contou que, embora já tenha posto a mão em grandes quantias de dinheiro e inclusive tenha tido várias contas em seu nome, não lhe sobrou muita coisa, depois de quase três anos de prisão. Juliana diz que as contas eram de seu patrão no tráfico e, com sua prisão, parte do dinheiro teria sido retirado por ele e algumas contas bloqueadas pela justiça. Segundo a mesma, o único dinheiro que ela continuou recebendo depois da prisão foi a pensão que seu pai lhe teria deixado quando morreu e que ela recebeu até completar 21 anos, mas que já não recebe mais; e o aluguel de sua casa, que é administrado por sua mãe. Na nossa última conversa, perguntei se o “pessoal” do tráfico não paga seu advogado e se não recebe nada deles. Então, ela me contou que sempre sinalizam que se ela precisar pode pedir, mas ela não quer, porque, quando sair da prisão, terá que recompensar o favor. O único bem que a entrevistada relata ter é uma casa no bairro onde sempre viveu, comprada com o dinheiro que seu pai lhe deixou.

Voltando a sua experiência no tráfico, perguntei o que ela fazia com o dinheiro que recebia quando estava fora da prisão e ela me contou que gastava com roupas (saias da Ciclone, sandália Kenner e blusa da BilaBong), festas e com os amigos. Pagava para eles muita bebida e drogas, mas também gastava com viagens para o interior, principalmente para cidade de Santo Antônio de Jesus, onde seu grupo de tráfico tem parceiros. Também perguntei se ela não frequentava shoppings para se divertir com seus amigos. Porém, ela me contou que pouco ia ao shopping, porque sabia que estava sendo procurada pela polícia e por traficantes rivais e que, aventurando-se pela rua, poderia ser pega a qualquer momento. Ela me contou, ainda, que costumava se divertir no bairro, com os amigos com quem morava. Pelo que disse, morava numa casa com mais três adolescentes, todos trabalhavam para ela na venda de drogas, o que a levou a ser acusada de aliciamento de menores.

Em franca ascensão na estrutura do tráfico de drogas na sua região, Juliana se tornou o braço direito do seu irmão no gerenciamento da venda de drogas em uma localidade do município de Camaçari e em outra localidade em Salvador. A mesma também ganhava notoriedade entre grupos rivais ao seu e, principalmente, era notada pela polícia, que sabia de sua ligação com grandes traficantes da localidade, incluindo seu irmão.

Sempre que eu retornava ao CPF depois de algum tempo sem ter contato com minhas entrevistadas perguntava como elas estavam, como passaram aquela semana. E foi por conta dessa pergunta inicial que vi, pela primeira vez, um semblante de preocupação e temor por parte de Juliana. Sempre muito segura e

confiante de suas atitudes, ela me contou que foi chamada a depor no processo de seu ex-namorado, preso antes dela e com quem não manteve relacionamento após ter sido presa, embora ele tenha demonstrado interesse em ter suas visitas.

Temendo que ele tivesse ficado sabendo de outros relacionamentos que ela teve após sua prisão, preferiu não o visitar, nem antes, nem depois de ser presa. Ela me conta que ele é um grande traficante da região de Camaçari e que foi preso na época que namoravam, por assassinato e tráfico, e que os policiais sabiam que eles eram namorados e ela foi citada no processo dele, por isso a intimação para depor. Ela me contou ainda que foi chamada a depor contra ele, como testemunha de acusação, mas que temendo represália a si e sua família fora da prisão, liga para ele e diz que não contará o que sabe, mas que precisará depor, porque já está presa e não pode se negar a ir. Embora me diga que já está tudo acertado com ele e seu advogado, sempre que nos vemos, ainda que de relance, ao passar pelo seguro apenas para cumprimentá-la, ela me diz que se aproxima o dia do depoimento, o que a tem deixado ansiosa.

Nesse momento é possível notar a vulnerabilidade em que estão sujeitas as mulheres na estrutura do tráfico de drogas, em função de relacionamentos “amorosos”. O fato de ser ela irmã de um grande traficante e ela mesma uma pessoa que começa a ganhar notoriedade como tal, apesar de toda sua postura ativa e intimidadora, teme sua morte e represarias a sua família. Diante da possibilidade de que seu ex-namorado saiba de sua traição, assim como acontece a outras mulheres na vida social mais ampla, Juliana teme por sua vida. Esse é um tipo de vulnerabilidade a que as mulheres estão sujeitas na organização do tráfico de drogas, entendendo esta como uma organização que vai muito além do papel de gerir comercialmente a venda de drogas, mas que tem o poder de organizar o modo e a vida dos que dela dependem, direta e indiretamente.

Ser traficante não faz Juliana imune à violência doméstica e ao feminicídio, ao contrário, intensifica sua vulnerabilidade, especialmente à violência letal. O temor de Juliana não é banal, ela quebra com um código de conduta importante para as mulheres de homens presos: “fortalecer o cara na cadeia”. Não ser fiel a seu companheiro ou abandoná-lo no cárcere, pode custar muito caro a vida dessas mulheres, e elas sabem disso, sabem que não fazer é quebrar uma norma fundamental da cultura criminal, de manutenção da vida prática, afetiva e sexual do homem no pós prisão.

Para as mulheres que têm companheiros presos “tirar cadeia” junto com ele, fora da prisão, é algo automatizado e que fica muitas vezes travestido de “amor, de parceria, de cumplicidade”, quando pode ser apenas medo. Com isso, não quero

aqui dizer que os relacionamentos que ocorrem entre pessoas presas ou entre uma pessoa presa e outras que estão livres sejam sempre pautados pela obrigação, pela relação comercial ou pelo medo. É notório, diante da cena que se vê do lado de fora da prisão – centenas de mulheres, mães, irmãs e companheiras, a espera da visita de seus entes queridos – que existe afeto nas relações. Fora disso, o que levaria mulheres a se submeterem a constrangimentos e humilhações, ficarem horas em filas, ter seus pertences e alimentos revirados e pior, passarem por revista vexatória, se não por grande afeto? Sim, é nítido e irrevogável que o afeto regula essas relações dentro e fora da prisão, mas aqui não poderia deixar de relatar a exceção à regra, os excessos, os abusos e a manipulação desses afetos, ou o que é feito em nome dele. Não poderia deixar relatar os casos excepcionais, o não amor, o amor abusivo, o amor que violenta, que subjuga, que se vale deste para realizar transações comerciais, transações às quais as mulheres, fundamentalmente mulheres negras, estão submetidas.

Ao longo desses quase cinco anos em que estive dialogando com mulheres presas, por diversas vezes observei, que, ao falarem sobre seus relacionamentos, com homens que também estiveram presos, enquanto elas estavam na rua, diziam: *“Eu tirei a cadeira dele toda”*, ou seja, ficou com a pessoa, fazendo-lhes visitas frequentes durante todo cumprimento da sua pena. Essas falas formam um ordenamento moral poderoso, que se revela através de categorias nativas como “fortalecer” e “não deixar na falta”, para justificar e ao mesmo tempo socializar as mulheres para a obrigação a que estão sujeitas durante o cumprimento da pena de seus companheiros, a obrigação de nunca os deixar sós. No entanto, Juliana quebra com todos esses códigos da “carreira moral”, e “mulher de preso”, quando, além de decidir não o visitar, passa a manter diversos relacionamentos públicos na sua comunidade, diante dos “parceiros” do seu ex-namorado.

As vulnerabilidades a que estão sujeitas as mulheres numa rede de tráfico são diversas, duais e ambíguas. A mesma pessoa que às vezes parece ter um discurso tão organizado e ser tão corajosa nas suas atitudes no crime apresenta temor diante de um ex-companheiro violento, como qualquer outra mulher. As vulnerabilidades também podem ser de ordem econômica, como parece acontecer no caso de outras mulheres por mim entrevistadas, como o caso de Ivana, outra mãe solteira, que além de tentar garantir o seu sustento e o de sua filha, precisava garantir o sustento de sua família ascendente.

Ivana foi minha segunda entrevistada, negra, mãe de um menino que teve aos 15 anos, Ivana sempre morou no centro histórico de Salvador, até aos 20 anos quando ocorre a sua prisão. Durante nossa conversa, perguntei a Ivana se seu

primeiro companheiro vendia drogas e ela disse que não, que ele sempre trabalhou como segurança e que nunca foi preso. Então perguntei como começou a vender drogas e se já vendia durante o período em que esteve casada, dos 12 aos 18 anos de idade, e ela me diz que só começou a vender depois que se separou. Ivana, que espontaneamente diz que é “*caveira*”⁹, relata que começou a vender drogas depois que retornou para a casa de sua mãe. Ela conta que precisava ajudar em casa e ter suas coisas. Então, resolveu pegar 5g de pedra (crack) que custa 100 reais e mais 5g de maconha, que custa 50 reais e começou a vender na região do Centro antigo. Ivana faz questão de enfatizar que sua primeira compra foi no dinheiro e que prefere não fazer dívida com o traficante, considerando que fazer dívida e não pagar pode custar a sua vida. Quando perguntei se é difícil para uma mulher vender drogas, ela relatou:

É mais fácil para as mulheres do que para os homens. Para os homens é mais fácil conseguir em grande quantidade. Tem gente que não confia em mulher, acha que a gente vai quebrar e muitas que pegam para pagar depois se quebram mesmo; às vezes, a polícia pega, aí o traficante não quer nem saber, tem que pagar. (Depoimento concedido a autora por Ivana)

Perguntei se na região do Centro, onde ela traficava, havia mais mulheres ou homens traficando e ela disse: “*Mulheres, porque, quando tem as batidas, a gente bota na calcinha e pronto. Aí, a gente diz que tava ali fazendo vida*”. Esse relato de Ivana evidencia as estratégias utilizadas pelas mulheres para dar fluidez ao tráfico de drogas, garantindo que a mercadoria chegue a todos os tipos de consumidores, com menor prejuízo possível. Vale ressaltar que o tráfico de drogas praticado no Centro Histórico de Salvador e seu entorno tem características muito específicas, em função do policiamento intenso no local, mas também pelo grande número de usuários de crack em situação de rua que se concentram na região. Nesta região, o tráfico costuma colocar mulheres na linha de frente da venda em função das abordagens frequentes feitas pela polícia militar nessa região, principalmente sobre os homens, que geralmente fazem a segurança e ficam de olheiros para essas mulheres.

Outro caso é o da entrevistada Júlia, que é uma jovem negra de 28 anos, mãe de 2 meninas e moradora da Ilha de Vera Cruz. Comecei a entrevista perguntando

9 Facção de tráfico de drogas presente em Salvador que domina a venda de drogas na região no Centro e também nas Ilhas.

a ela como foi sua experiência no tráfico, quando ainda vendia, já que afirmou em momento anterior da entrevista, que não estava mais vendendo drogas quando da sua prisão. Júlia relata que nunca se dedicou apenas à venda de drogas, que sempre fez outras coisas e que a venda de drogas acontecia em paralelo a suas outras atividades profissionais. Ela diz que é muito difícil arrumar emprego na Ilha, seu local de moradia antes da prisão, e que as coisas são muito difíceis, por isso o recurso à venda de drogas sempre era acionado, pois não é necessário nenhum investimento inicial, “*você pega um jogo¹⁰, vende, tira o dinheiro do traficante e fica com seu lucro*”.

Percebemos nesta e nas outras entrevistas que para uma jovem passar a vender drogas, pegar um “*jogo*”, não precisa de nenhum investimento prévio e a venda pode ser autônoma e rápida. A pessoa tanto pode vender por conta própria, ou seja, pegar a droga, vender, tirar seu lucro e logo pagar a parte do traficante, como pode também vender para “*ele*”, como uma espécie de “*funcionário*”. Você também pode pagar antes de pegar, como aconteceu com Ivana, pois temia não conseguir pagar depois. Outro dado relevante que emerge da fala de Júlia é o fato de que o tráfico não era a sua única atividade comercial em sua vida. É comum no relato das entrevistadas, afirmarem que tinham outras atividades em paralelo à venda de drogas, seja porque o lucro desta venda não era suficiente para manutenção de suas vidas e de sua família, seja para despistar familiares e até mesmo a polícia sobre a fonte de seus recursos ou ainda porque o tráfico era acionado em momentos de crise, quando precisam reerguer-se financeiramente depois de “*quebrar sua guia*” de cerveja e ou de roupas, por exemplo. As mulheres também se colocam como mais cautelosas, suspendem a venda quando percebem algo suspeito e levam temporadas sem vender, esse dado aparece também nas repostas de outras entrevistadas.

Os usuários que vendem na “*ponta*” são chamados de *Jóqueis* e é assim que Júlia se identifica. Ela conta que cada *Jóquei* procura sua “*boca*”, ou seja, seu ponto de venda de drogas e é comum que esse ponto seja junto com outras pessoas que também vendem. O termo *Jóquei* é utilizado para definir o traficante que trabalha na ponta da comercialização da venda de drogas. Estes são iniciantes, jovens, homens ou mulheres, mas que têm como característica estar na ponta da comercialização da droga (CONCEIÇÃO, 2015).

10 *Jogo*, na gíria do tráfico, é como se chama um conjunto de peças de drogas embalada para venda. Pode ser um jogo de pedras de crack, ou de maconha. Também é possível comprar na grama, que dá mais lucro, mas precisaria de um investimento inicial em dinheiro.

Os jôqueis desempenham a função de vender as mercadorias da boca, é dele a função de lidar diretamente com os clientes de modo rápido, para não chamar atenção das demais pessoas, isso lhe rendeu essa interessante nomeação. Para ser jôquei tem que saber contar, pois erros na contabilidade ou falta de mercadoria acarretam punições (CONCEIÇÃO, p.83, 2015).

Ela me disse que onde mora todo mundo é da mesma facção (*Caveira*). Por isso, não há disputa por pontos de venda como ocorre em Salvador. Assim, é possível vender sem disputa e sem conflito. A boca pode ser numa rua, ou no meio do mato, assim como pode não haver “*boca*”, a droga fica na mão da pessoa que vende e quando outros ligam é levada para algum ponto.

Outro caso expressivo para compreender a forma como as mulheres são recrutadas nas redes ilegais de tráfico de drogas pode ser encontrado na trajetória de Ellen. Ela é uma jovem negra de 22 anos, mãe de uma filha de teve aos 15 anos, assim como as entrevistadas anteriores. Ellen recebeu o primeiro convite para transportar drogas aos 20 anos. Sua primeira atividade para o tráfico foi levar uma mala com drogas para Feira de Santana. Ellen disse que não sabia ao certo que drogas levava, mas sabia que eram 15 quilos. Para fazer essa viagem, ganhou 500 reais pelo serviço e mais 300 para despesas com a viagem, ônibus, alimentação e moto-taxista, que a levou ao local exato onde a droga deveria ser deixada. Nesse momento perguntei a Ellen o que ela fazia com o dinheiro que recebia e ela me informou que trabalhava para se sustentar e que com o dinheiro que sobrava ia para shows, comprava roupas da *Cyclone*, gostava de comprar na loja da *Mahalo*, comprava roupas da *Lacoste*, comprava roupas sociais e comia no *Subway*. O gosto de Ellen por marcas caras e famosas está de acordo com hábitos de consumo comuns aos jovens pobres soteropolitanos de sua geração. Em suas respostas, Ellen revela que ela é uma jovem como qualquer outra, sujeita aos apelos para o consumo das grandes marcas. Ellen gasta os poucos recursos da venda de drogas com roupas e entretenimento, como shows e idas ao *shopping* para comer em grandes lanchonetes, algo muito comum aos jovens de sua idade que precisam consumir para existirem e serem vistos no seu meio social.

Ellen contou que após seu primeiro carregamento de drogas passou a fazer disso sua atividade para viver. Além de Feira de Santana, já entregou drogas nas cidades de Itaberaba, Rui Barbosa e Irecê e quando foi presa guardava numa casa 10 kg de maconha, 156 comprimidos de LSD, 125 de Êxtase que esperava ordem para ser entregue em algum lugar. Também relatou que já recebeu 300 reais para trazer duas armas de um município o interior da Bahia para Salvador, mas

diz que nunca vendeu drogas diretamente ao consumidor final. Em sua opinião, vender a droga é uma atividade mais arriscada que a sua, porque sempre acaba em confronto com a polícia. Diz que depois que passou a transportar drogas, passou a trocar com frequência o seu local de moradia, já que sua atividade exige que ela não fique por muito tempo num mesmo local. Dos 20 aos 22 anos, viveu em 6 bairros diferentes até ser presa, sempre morando de aluguel ou em casa de amigos. Essas mudanças também se associam a uma série de estratégias de sobrevivência no seu percurso no tráfico.

Carla foi a única das minhas entrevistadas que se identificou como branca. Esta é uma jovem paulista de 26 anos e mãe de três filhos, sendo que o primeiro nasceu aos 17 anos. Perguntei a Carla como chegou a Salvador e o que a levou a estar presa por tráfico de drogas aqui, já que residia no Estado de São Paulo. Então ela me contou que, ao se separar do seu segundo companheiro conheceu uma mulher com quem passou a ter amizade. Ela morava próximo a sua casa e ocorreu de frequentar o local, um ponto de refino de cocaína. Carla conta que, num primeiro momento, as idas a casa eram apenas para se divertir e tomar cerveja com essa amiga e os homens que frequentavam o local. Todavia, logo começou a ganhar roupas de presentes, o que a deixou muito feliz, já que passava por um momento difícil na sua vida, separada e com dois filhos pequenos, e logo vieram os primeiros pedidos e favores.

Carla conta que, num primeiro momento passou, a pedido do grupo, a se deslocar para a rodoviária de São Paulo buscar mulheres que iam de Salvador para São Paulo para pegar drogas no local. Perguntei se ganhava pela atividade, mas ela me disse que não, que era um gesto que não lhe custava nada e que não lhe parecia errado, já que quem levava as drogas eram as mulheres e não ela. Dizia fazer pela amizade que tinha com o grupo que acabara de conhecer, era um fazer e não uma ocupação. Pergunto como eram essas mulheres que buscava, e ela informou que eram todas jovens e que nunca tinham ido a São Paulo. Por isso, os favores que prestava se tornaram frequentes. Essas jovens eram levadas para essa casa onde passavam a noite e retornavam no dia seguinte, levando a droga. Sobre esse período, relatou que não estava trabalhando e passava dificuldades com seus filhos, após a separação do seu último companheiro. Então, passou a deixar as crianças com sua mãe e começou a ajudar o grupo com a vinda dessas mulheres. O que era algo esporádico torna-se uma ocupação em sua vida, pois, mesmo quando não havia nenhuma mulher para buscar, passou a ficar os dias na casa. Perguntei se os vizinhos não percebiam que o local era um ponto de refino de cocaína e ela me diz que não, pois tudo fazia parecer que ali morava uma família.

Carla passou a observar as mulheres e toda a negociação para ida e vinda delas e fica interessada em fazer uma dessas viagens, já que não via nada dar errado. Ao ver como se dava todo o processo de ida da droga para Salvador pede a sua amiga para ir também, já que, numa viagem dessas, uma mulher chegava a tirar cinco mil reais. Carla relatou que ficou fascinada com a possibilidade de ganhar tanto dinheiro em tão pouco tempo. Por conhecer o processo, sentiu-se segura para fazer a sua própria viagem. Assim que teve oportunidade, conversou com sua mãe, pediu que cuidasse de seus filhos, pois teria arrumado um emprego como promotora de vendas, algo que já tinha feito - para não levantar suspeita de seus pais - e partiu rumo à cidade de Irecê, na Bahia, com mais de 20 kg de cocaína que deveriam ser entregues em Salvador. Carla foi instruída a comprar duas passagens para o mesmo destino, uma onde vincularia a mala e a outra para que, caso a mala fosse descoberta, pudesse apresentar como sua passagem, sem mala. A estratégia era que, quando chegasse à cidade de Irecê, compraria mais duas passagens para Salvador, da mesma maneira como fez na vinda, mas o funcionário da empresa de ônibus teria ficado desconfiado ao vê-la com duas passagens em seu nome. Numa parada na cidade de Seabra, teria chamado a Polícia Rodoviária Federal, que a abordou. Ao ser abordada pelo policial tem sua mala revistada e descoberta. Nesse momento, Carla relata seu constrangimento diante do ocorrido, já que foi descoberta na frente de todos na rodoviária, inclusive na frente de pessoas com quem tinha viajado por horas. Durante a viagem se enturmou com os demais passageiros que iam de São Paulo para Irecê, chegando inclusive a almoçar com o grupo. Relata ainda que ficou dois meses presa na Polícia Rodoviária de Seabra, até ser transferida para Salvador, onde cumpre pena.

Verônica é uma jovem negra de 21 anos e mãe de uma criança que teve aos 16 anos. Começo a entrevista perguntando a Verônica quando ela começou a vender drogas, mas antes de me responder a esta questão, ela diz: *“Quando eu comecei a me envolver com a droga, eu queria ter tudo aquilo que nunca tive...”*. É comum às entrevistadas, quando perguntadas sobre algum episódio de suas vidas, apresentar justificativas prévias, para o que vai ser dito como resposta. Essas justificativas demonstram uma necessidade do pesquisado, diante de uma pessoa estranha, de justificar seus atos, como numa tentativa de aplacar o julgamento moral que se supõe emergir no outro, a pesquisadora, diante da revelação dos fatos de sua vida.

Sobre o que a levou a vender, Verônica conta que começou a vender drogas com seu companheiro, em sua casa, e que antes de ir morar com ele, nunca tinha vendido. Ela relata que inicialmente era ele quem vendia, e sempre que saía para fazer alguma entrega ou buscar mais drogas na cidade vizinha, aparecia uma pessoa

querendo comprar, e como já sabia quanto cada coisa custava, não deixava passar a venda. Verônica relata que seu companheiro nunca quis que ela vendesse e que quando ele percebeu que estava vendendo em sua ausência, brigou com ela, pois sempre dizia para não *“mexer naquelas coisas...”* *“Ele me dizia: ‘Se vier alguém, você fala que eu não estou. Não quero você mexendo nessas coisas’. Mas eu não tinha noção das conseqüências, vinham as pessoas e eu vendia.”* Era dali que tirava seu sustento, que passou a ajudar sua mãe e *“ter as coisas”*. Verônica conta que sempre passou muita dificuldade na vida e que ter ido morar com seus avós na infância foi uma tentativa da família para amenizar a situação de pobreza extrema da família, pois seus avós eram aposentados. Sobre esse ponto, ela conta:

Eu nunca passei fome, sabe, sempre tinha alguma coisa; às vezes, tinha o feijão, mas não tinha farinha; às vezes só o arroz, mas sempre tinha o que comer, meus avós ajudavam, mas a gente passava muita necessidade. Minha mãe era muito ‘fraca’, [pobre] nunca deu sorte com homem, tinha muitos filhos, mas você só faz se você quiser... (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Essa fala de Verônica sobre o que a teria levado a vender drogas é muito reveladora das condições sociais e estratégias encontradas por pessoas empobrecidas para subsistir em meio à pobreza. O tráfico para ela, assim como para as demais entrevistadas, faz parte de uma estratégia de adaptação às suas condições sociais de existência em meio à pobreza e um cenário de alto consumo de drogas nas sociedades contemporâneas e em todas as classes sociais. Se em outros tempos era destinado às mulheres negras, empobrecidas e periféricas o emprego doméstico precário como a possibilidade predominante de ganhar a vida, hoje, o trabalho precário no tráfico de drogas aparece como uma alternativa possível e disseminada a muitas mulheres e jovens nas periferias do país. Com isso, não quero dizer que esta é a única possibilidade, ou mesmo desconsiderar a ilegalidade da venda de drogas, mas é fato que o trabalho no tráfico de drogas tem despontado como atividade complementar a outras fontes de renda em comunidades empobrecidas. A renda advinda do tráfico complementa a venda de mercadorias lícitas no mercado informal e outros trabalhos eventuais. A maioria das entrevistadas, considerando também dados de trabalho realizado durante a graduação, afirma desenvolver outras atividades em paralelo a sua atividade no tráfico.

A venda de drogas aparece no discurso dessas mulheres como uma atividade, que embora saibam ser ilegal, depende da autonomia dos agentes envolvidos, pessoa que vende e pessoa que compra. Diferente de outras práticas criminais

em que uma ação vai contra o patrimônio e a vida, como o assalto ou mesmo o assassinato, para que o tráfico aconteça faz-se necessário que ambos estejam de acordo, envolve oferta e procura. Com isso, foi comum durante os diálogos sobre o que as teriam motivado a começar a vender drogas que elas disseram frases como as que seguem: “*Eu não boto a faca no pescoço de ninguém*”, “*Compra quem quer*”, “*Ele é que vem até a mim*”, sinalizando, também, o reconhecimento pelos sujeitos de uma dimensão moral que está intrínseca à proibição da venda de drogas. Embora reconheçam que a venda de drogas é uma atividade social e econômica ilegal, questionam em suas falas a ilegalidade de uma ação que caberia apenas ao arbítrio individual. Em última instância, poderia dizer que o que faz dessas mulheres “criminosas”, é a ideia socialmente construída e disseminada pela cultura dominante de que drogas são um mal em si, e que como tal deve ser combatida com pena de prisão e os sujeitos que dela faz uso ou abuso, assim os que a vendem, devem ser enquadrados em rótulos como os de “drogado” e “traficante”.

A fala de Verônica sobre sua mãe também aponta para a vulnerabilidade de sua família, especialmente na infância, que não tinha recursos para comprar alimentos básico e que recorria ao benefício de seus avós idosos para sobreviver. Vale ressaltar que Verônica é a única entrevistada que morava no interior da Bahia, as outras são de Salvador, região metropolitana e São Paulo.

Um segundo ponto que chama atenção na fala de Verônica, ainda sobre estratégias de sobrevivência na pobreza, é a “*circulação de crianças*” que se dá entre distintas casas numa rede de parentesco. Essa circulação costuma ser temporária e é desejada, principalmente pelas avós em famílias matriarcais, acionada em momentos de crise e de dificuldade (HITA, 2004). Um terceiro elemento a se destacar na fala de Verônica é a condição de vida de sua mãe, pobre, solteira e com muitos filhos e que assume também o cuidado com netos. A filha de Verônica ficou sobre os cuidados de sua mãe nas duas vezes em que ela foi presa, a primeira vez por 10 meses e dessa última vez a mais de um ano e sete meses.

O que se observa na breve história de vida da mãe de Verônica, assim como na dela mesma, é o entrelace de uma série de marcadores sociais (gênero/mulher, raça/negra, classe/pobreza, território/lugar...), que somados aos custos sociais e econômicos do empobrecimento, da desigualdade social e do estigma, conformaram suas opções e alternativas de vida ou de sobrevivência em meio à pobreza extrema. Com isso, não quero aqui reforçar os estereótipos associados à ideia de feminização da pobreza, que de maneira reducionista tenta explicar a pauperização das mulheres e de suas famílias através das lentes de categorias morais amplamente disseminadas como: desestruturação familiar ou quebra de valores

familiares, que associam chefia feminina a um “[...] *retrocesso ao ciclo ideal de desenvolvimento familiar*” (MACEDO, 2008, p. 397). A pauperização das mulheres está associada a desvantagens sociais diversas, entre elas a disparidades na divisão social do trabalho doméstico e o ônus na criação dos filhos. Ser esposa e mãe pode significar para as mulheres abdicar dos cuidados com sua própria vida e formação, uma vez que oferece à família horas de trabalho não remunerado e não reconhecidos como tal, enquanto seus companheiros possam dedicar-se as suas carreiras (MACEDO, 2008). Quando o companheiro sai de casa fica para as mulheres o ônus da manutenção e criação dos filhos, contribuindo, assim, para seu empobrecimento individual e familiar, o que as torna ainda mais suscetíveis a trabalhos precários e degradantes, como parece ocorrer no tráfico de drogas.

O trabalho na venda de drogas aparece na trajetória de vida das jovens entrevistadas como uma alternativa a falta de emprego e como meio para fazer a manutenção de seus filhos, mas também da sua própria vida como mulheres jovens que estão sujeitas a todo apelo que o consumo oferece. Sobre como é para uma mulher vender drogas e os ganhos associados à venda, Verônica responde:

O dinheiro vem fácil, você tira 500, 400 por dia. Pegava 5g de pedra, investia 100 e fazia 200, se cortasse bem pequeno, fazia até mais... Eu tinha vida boa, tinha muito dinheiro na mão, comprava sapato, roupa. Bastava sair na moda, que eu comprava. (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Também perguntei a Verônica se ela já chegou a trabalhar em outras atividades formais em paralelo ao tráfico e se conseguiu acumular alguma coisa para viver quando sair da prisão, para não precisar mais do tráfico, como ela diz querer. Sobre esse aspecto, em concordância com a experiência de outras internas, ela relata que pegava o dinheiro que ganhava e investia em roupas, pedia a sua irmã para trazer para ela roupas para vender e fazia isso em paralelo à venda de droga.

Eu vendia as roupas que minha irmã trazia de Goiânia, porque lá tem muita roupa baratinha. Aí, eu vendia e juntava o dinheiro com uma amiga, juntava tudo com ela, porque eu tinha medo de abrir uma conta no banco. Aí, quando eu fiz sete mil eu comprei minha casa, porque lá onde eu moro casa é barato. (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Também conta que logo após deixar a prisão, após 10 meses de reclusão, na sua primeira apreensão, conseguiu um emprego em um restaurante, mas pagavam apenas 200 reais por mês e não tinha horário para largar:

Eles pagavam muito pouco para lavar os pratos e ajudar, mas não tinha horário para sair. Às vezes ficava lá até meia noite ajudando na cozinha. Então, resolvi sair e voltei a vender drogas. Antes de ser presa a primeira vez eu tinha me separado do pai da minha filha e já me virava sozinha, porque ele estava morando com outra mulher. Durante a minha primeira prisão, ele apareceu algumas vezes na casa de minha mãe e deixou algumas coisas para menina, mas sumia. Quando saí, via a menina precisando das coisas. Eu fiquei quase dois meses na casa de minha mãe, porque minha casa ficou só e roubaram minhas coisas, tentei trabalhar, mas em cidade pequena pagam pouco. Tinha que comprar gás, pagar a luz da casa [...] Então, resolvi pegar 5g de crack e refazer minhas vendas, mas não durou muito, porque 6 meses depois estava presa de novo. (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Verônica contou que 5g de crack custa 100 reais e faz 20 pedras, o que gera de lucro mais de 100 reais. Também informou que não comprava muito para não ter prejuízo: *“Pegava até 10g que vendia tudo num dia só, é bem rápido. Ai, quando terminava, eu ia lá e pegava mais”*. Verônica demonstra grande habilidade e desenvoltura na venda de drogas. Ela foi a única que relatou ter conseguido comprar um imóvel com os lucros da venda de drogas e roupas e, embora esteja na sua segunda prisão por tráfico, desenvolveu uma série de estratégias para conseguir manter seu negócio em um ambiente dominado por homens. Para entender melhor as estratégias empreendidas por mulheres para dar fluidez à venda de suas mercadorias, perguntei para Júlia qual a principal característica da participação das mulheres no tráfico de drogas e o que diferenciaria a participação de homens e de mulheres. Em resposta, Júlia faz uma análise sobre a participação das mulheres que me pareceu muito reveladora para entender a baixa reincidência feminina e suas estratégias de proteção diante de situações adversas que envolvem esse mercado ilícito, marcado por muita violência.

Segundo Júlia, é muito mais fácil para as mulheres mudarem de vida depois que deixam de vender drogas. Muitas mudam de vida antes de serem presas e saem do tráfico, pois, segundo ela, os homens brigam mais pelo poder no tráfico, disputam mais entre eles, o que gera mais tensão e dificulta a saída deles do tráfico, em função do nível de envolvimento. Ela diz ainda em termos de diferenciação

entre homens e mulheres o que estas objetivam com o lucro da venda de drogas: *“As mulheres tiram o dinheiro para ajudar sua família, seus filhos, e os homens querem ir para noitada e botar seu batidão”*¹¹. Sobre a dimensão do autocuidado, ela relata:

Sempre dava um tempo quando a polícia tava em cima. A gente não tem olho grande [as mulheres], a gente tem cabeça, as mulheres se cuidam mais. Quando eu via que o dinheiro entrava fácil, eu recuava, dizia que não tinha [para os usuários], tirava a suspeita de cima de mim. Eu nunca tive olho grosso. Quando eu via que os ‘homens’ [polícia] tavam de mais na área, eu dava um tempo, ia trabalhar, tirava a suspeita de cima de mim. (Depoimento concedido a autora por Júlia)

Essa fala de Júlia revela duas questões importantes para compreensão das diferenças entre homens e mulheres no tráfico. A primeira delas é sobre a forma como são empenhados os recursos ganhos com a venda de drogas. Como sinaliza Macedo (2008), as mulheres preocupam-se mais com a família quanto à destinação dos recursos que ganham com o seu trabalho. Estas tendem a levar em consideração as necessidades dos parentes, filhos ou pais na hora de gastar seus recursos. A segunda questão é o sentimento de autopreservação, que está de acordo com uma cultura de autocuidado consigo mesma e com sua família. Sobre esse ponto, não cabem aqui explicações essencialistas sobre o sentimento de autopreservação das mulheres e de seu grupo, mas vale ressaltar que tal sentimento faz parte de um processo de socialização de gênero, que, se por um lado faz com que as mulheres possam pensar mais nos seus atos no tráfico; por outro, leva os homens desenvolverem o ímpeto que os colocam em situações de maior risco, principalmente à violência letal.

Em suma, a exposição feita até aqui aponta para necessidade de mais pesquisas de campo, especialmente no que toca à presença de mulheres nos contextos de ilegalismos. Sem juízo moral, os estudos precisam se aprofundar no universo dessas mulheres, especialmente decifrando formas de inserção, de representação e de condição de vulnerabilidade no mercado do tráfico de drogas. Neste artigo, apresentei o resultado de uma pesquisa longa e dedicada ao entendimento da participação das mulheres no tráfico, levando em consideração as trajetórias dessas agentes, suas avaliações e percepções acerca do tema estudado. No geral, percebi que ainda falta maior investimento em pesquisas na temática, para que

11 Corrente, geralmente de prata, muito utilizada entre jovens na periferia.

possamos compreender melhor o fenômeno do crescimento do encarceramento das mulheres, de um lado, e o fenômeno da invisibilidade da mulher no mundo do crime e nas prisões, de outro. É Preciso compreender melhor como e o que tem levado jovens mulheres a ingressarem no tráfico de drogas e suas consequências. Isso é particularmente relevante no cenário atual de aumento expressivo do número de mulheres envolvidas em processos e condenações por tráfico ou por associação ao tráfico de drogas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Amy A. C. de Faria (org.). *“De gente a gente só tem o nome”: a mulher no sistema penitenciário em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Fundação Oviêdo Texeira, 2001. 95 p.
- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única. Palestra em vídeo no TED*. Em outubro de 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- ADORNO, S; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados: Dossiê Crime Organizado*, n. 61, p. 7-29, 2007.
- ALVARES, M. C; SALLA, F; SOUZA, L, A, F. A sociedade e a lei: o código penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. *Justiça e História*, v. 3, n. 6, p. 1-24, 2003.
- ALVES, Jaime Amparo. Topografias da Violência: Necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, p. 108-134, 2011.
- ARAS, L, M, B; OLIVEIRA, J, P. Sob a pena da Lei: Mulheres Pobres e Marginais. *Politeia. História e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 163-174, 2003.
- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, nº 2, p. 458-463, 1995.
- BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. Disponível em: www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2014.
- BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e saúde coletiva* [online], v.14, n.5, p. 1843-1853, 2009.
- BARROS, Zelinda. “A mulher criminosa em manchete: perfil da delinquente traçado por um meio de comunicação”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Livia; MACEDO, Márcia (Orgs.).

- Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. 283 p. - (Coleção Bahianas, 3).
- BARRETO, P. C. S.. Gênero, raça, desigualdades e ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 39-64, 2015.
- BARRETO, P. C. S. O. . “Racismo Brasileiro em Questão: temas relevantes no debate recente”. In: LECHINI, Gladys. (Org.). *Los Estudios Afroamericanos y Africanos en América Latina*. 1 ed.Córdoba: CLACSO, 2008, v. 1, p. 35-52.
- BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BERGERON, Henri. *Sociologia da droga*. Aparecida: Ideias e letras, 2012.
- BORILLI, S.P.; SHIKIDA, P.F.A. “Breves notas sobre a criminalidade: custo, papel das organizações e a questão feminina”. In: *I Seminário de Desenvolvimento Regional e Agronegócio*, XVIII Semana de Economia Brasileira, X Encontro Regional e XXI Semana Acadêmica de Secretariado Executivo, 2008, Toledo (PR), 2008.
- BONETTI, Alinne e FONTOURA, Natália. “Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007”. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido Carlos (Orgs.). *Situação social brasileira*. Brasília: IPEA, 2009. 270p.
- BOURGOIS, P. *Em busca de respeito: vendendo crack em Harlem*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000, 400p.
- CARVALHO, Jamile dos Santos; QUINTILIANO, Rachel. “Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras”. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. *Jovens Feministas presentes*. São Paulo: Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009, 144p.
- CARVALHO, Jamile dos Santos. *Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de prisão no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. Monografia, Universidade Federal da Bahia, 2013.
- . “*Nós Trafica, mas nós nunca tem nada*”: trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.
- CONCEIÇÃO, Thiago Neri da. *O Comando é Noiz: descobrindo o tráfico na periferia de Salvador*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015.
- CRENSSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 7, p. 171-188, 2002.

- COSTA, Elaine Cristina Pimentel. *Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas*. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2008, 153p.
- CORRÊA, Marisa. *As ilusões da liberdade*. Bragança Paulista: EDUSP, 1998.
- CUNHA, Manuela Ivone. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetórias*. Lisboa: Fim de Século, 2002, 356p.
- DAVIS, Ângela. *Política e Prisões: uma entrevista com Ângela Davis: Politics and prisons: an interview with Angela Davis*. Piracicaba: Impulso, 2006.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo Negro Caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 41ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GARLAND, David. *A cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Rrevan, 2008, 440p. (Pensamento criminológico; 16)
- GAULEJAC, Vincent de. Historias de vida y sociología clínica. *Proposiciones*, nº 29, de marzo, p. 97 à 110, 1999.
- HITA, Maria Gabriela. *As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *SITUAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA POR ESTADO*. BRASÍLIA, 2014.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LYRA, Diogo. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*, Rio de Janeiro: Faperj, 2013.
- LOPES, F; QUINTILIANO, R. Racismo institucional e o direito humano à saúde. *Democracia Viva*, v. 34, p. 08-16, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. "Gênero, sexualidade e poder". In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 37-56.
- MACEDO, M. S.. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 21, p. 385-399, 2008.
- MACEDO, M. S. *Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2008.
- MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

- MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, v. 1, p. 93-116, 1997.
- NASCIMENTO, André. “Apresentação à edição brasileira”. In: NASCIMENTO, André. GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 15-16.
- NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. Teorias do Crime e da Violência: Uma Revisão da Literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 1, p. 69-89, 2015.
- PINTO, Marília Muricy M. *Criminalidade Feminina na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciência Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1973. 74p.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional. Brasília: PNUD/PCRI, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.
- SANTOS, Cleide Magali dos. *Rasgando o Véu... Rasgando a Manta? Estereótipos e Rupturas de Gênero entre Mulheres em Cárcere: Estudo de Caso em Salvador*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996, 128p.
- SILVA, Carla Adriana Santos da. *Ó PaÍ, Prezada! Racismo e Sexismo Intitucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em estudos de gênero, mulher e feminismo, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- SOUZA, Katia Oliveira José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. *Psicologia em Estudo*, v. 14, n. 4, p. 649-657, out./dez. 2009.
- SOUZA, Simone Brandão. *Criminalidade Feminina: trajetória e confluência na fala das presas do Talavera Bruce*. Dissertação de Mestrado: ENCE/IBGE, 2005, 240 p.
- _____. Criminalidade Feminina: trajetórias e confluências na fala de presas do Talavera Bruce. *Democracia Viva*, n. 33, p. 10-16, out./dez. 2006.
- TIRADENTES, Oscar. *Fatores determinantes da delinquência feminina*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Rio, 1978. 80 p.
- ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais. *MANA*, v.15, n. 2, p. 557-584, 2009.